

O CAMPO DE TRABALHO DO HISTORIADOR EM INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS: UM DIÁLOGO ENTRE PESQUISA E ENSINO EM PORTO ALEGRE

Claudira do Socorro Cirino Cardoso

Prof^ª Dr^ª do Centro Universitário Metodista (IPA)
e Faculdade Porto-Alegrense(FAPA)

A comunicação abordará a respeito das atividades didático-pedagógicas que vêm sendo elaboradas e desenvolvidas por profissionais do campo da História em instituições patrimoniais em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. São atividades teórico-práticas que vêm sendo realizadas ao longo da última década, demonstrando cada vez a indissociabilidade entre pesquisa e ensino de história. O presente trabalho pretende retratar as ações, realizadas por historiadores em diferentes instituições culturais de Porto Alegre, que são destinadas a diferentes sujeitos e públicos. O ponto de partida são as oficinas de Educação Patrimonial destinadas para estudantes de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental de Porto Alegre, realizadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). Nessas atividades são abordadas questões referentes à educação para o patrimônio, identidade, memória, cidadania, história e ofício do historiador, cujo propósito é despertar nos estudantes o interesse pelas questões relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural através da utilização de fontes documentais resguardadas nessas instituições

Palavras chave: Patrimônio Cultural, pesquisa, fontes, ensino de história

Introdução

O presente artigo objetiva reconstituir um breve histórico sobre as ações educativas desenvolvidas em Porto Alegre em diferentes instituições patrimoniais, buscando focalizar o trabalho do historiador. Tem como fio condutor a utilização da metodologia de educação patrimonial como recurso didático-pedagógico, demonstrando sua proficuidade em diversas iniciativas examinadas. Procura também especificar as ações desenvolvidas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), a partir de

2009, buscando explicitar a importância e a utilização bem sucedida dessa ferramenta em espaços não formais de ensino, como arquivos, museus, centros de documentação e memoriais. Tais iniciativas são indicativas de que novas abordagens do ensino de história estão sendo buscadas com vistas a estabelecer um diálogo mais próximo com a realidade dos estudantes do ensino básico.

Revisitando o ontem e o hoje da metodologia de Educação Patrimonial

Nestes quase trinta anos do início das discussões e de efetivas ações relativas à aplicação da metodologia de Educação Patrimonial no Brasil, iniciadas em 1983, com o I Seminário a respeito do “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, ocorrido no Rio de Janeiro, verifica-se a difusão dessa metodologia em campos diversos do conhecimento, no sentido de oferecer certa instrumentalização para a valorização do patrimônio cultural brasileiro. Verifica-se através de inúmeras publicações a existência de iniciativas em várias regiões do país, desde o seu início estartado pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta no início dos anos 1980. Segundo a autora, Educação Patrimonial pode ser conceituada como

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. [...] A Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (1999, p. 6).

Conforme sugere Horta, a Educação Patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático no campo educativo, pode ser apropriado de diversas formas de acordo com a realidade sociocultural do meio em que os indivíduos e as comunidades estão inseridos. Uma importante obra de sua autoria, o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado em 1999, difundiu um conjunto de ações que poderiam ser aplicadas nos mais diferentes espaços de aprendizagem e com diferentes tipos de público, incentivando o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural através de iniciativas envolvendo comunidades, escolas, associações, museus, arquivos, centros de memória, bibliotecas, dentre outros. O uso dessa ferramenta pode possibilitar a esses

diferentes públicos o reconhecimento dos patrimônios locais que constituem suas memórias e identidades no sentido de ativar aspectos da memória social, e ao mesmo tempo reapropriar “sua herança cultural, e resgatando e/ou reforçando a auto-estima e a capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção”. (HORTA, 2000, p. 35).

Dentre as propostas de aplicação da metodologia de Educação Patrimonial tem-se o trabalho do historiador José Ricardo Oriá Fernandes, publicado no início dos anos 1990, na Revista Brasileira de História (RBH) em que o autor aponta para a implementação de uma política voltada para o patrimônio histórico-cultural, que compreenda a articulação de ações do poder público com a sociedade civil e que atinja as áreas da Educação Patrimonial, da pesquisa e da extensão. Uma das questões importantes propostas por Fernandes, é de que a metodologia da Educação Patrimonial deve ser incluída nos currículos escolares dos diversos níveis de ensino nas “disciplinas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral (...)” (1993, p.273)

Nos últimos anos verifica-se um aumento significativo de iniciativas voltadas para o uso da ferramenta de Educação Patrimonial em diferentes áreas do conhecimento. Em 2009, o Governo de Minas Gerais, através do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) publicou um manual de diretrizes sobre Educação Patrimonial que busca ser um instrumento de apoio para agentes culturais, professores e líderes comunitários, com vistas a realizarem atividades de sensibilização da comunidade para conhecer o patrimônio cultural e sua preservação. Além disso, visa orientar na elaboração das atividades a serem desenvolvidas em comunidades e escolas. Com a disponibilidade dessa publicação através da internet, acredita-se ser mais fácil o acesso para profissionais interessados e para o público em geral.

O Arquivo Público de São Paulo (APESP), um dos mais importantes do país, possui um Núcleo de Ação Educativa do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP, que tem sob sua responsabilidade a elaboração e implementação de diversas atividades relacionadas a ações educativas e pedagógicas, como seminários, exposições em amostra no local e virtuais, cursos e oficinas técnicas. É sua atribuição também

auxiliar os pesquisadores, através da disponibilização para consulta *in loco* e virtual do acervo, e suas potencialidades para a pesquisa. Além disso, o núcleo possui um projeto para que o professor dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da graduação universitária possa fazer do espaço do Arquivo parte da sua sala de aula. Sob orientação da equipe de trabalho, o professor de História poderá selecionar documentos que o auxiliarão a planejar atividades para sala de aula; trazer seus alunos para pesquisar a documentação disponível no acervo e assistir à aula introdutória sobre conceitos históricos relacionados à preservação da memória e do Patrimônio Documental do estado de São Paulo.

Vale mencionar o trabalho realizado por Allana Pessanha de Moraes, que procura discutir a importância da Educação Patrimonial no processo educacional a partir de uma ação pedagógica implementada em escolas públicas no município carioca de Campos dos Goytacazes, com estudantes de sexta, sétima e oitava séries do Ensino Fundamental. Um dos aspectos que não deve deixar de ser destacado nesse trabalho investigativo é de que ele se volta para o âmbito municipal. Procura se apropriar da riqueza de seu acervo (uma das maiores coleções de edifícios ecléticos no Brasil), e com base nesse olhar mais detido constata o estado precário de preservação desses bens patrimoniais, sobretudo, devido à inexistência de políticas públicas efetivas que se empenhem na preservação desse patrimônio. Produto dessa ausência é a concepção que o público alvo da pesquisa realizada pela autora possui a respeito do que é patrimônio. Segundo ela “a maioria dos estudantes não possuem um reconhecimento identitário com seu Patrimônio”. As respostas obtidas respaldam os bens de “pedra e cal” como únicos reconhecidos pela população como patrimônio cultural. (2005, p. 6).

Assim como em outras regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul também são verificadas várias iniciativas que se utilizam da metodologia da Educação Patrimonial como recurso didático e pedagógico tanto em âmbito escolar, quanto em outras esferas da vida de diferentes comunidades. Dentre os trabalhos verificados, pode-se mencionar o “Projeto regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia”, que desenvolveu programas em nove municípios da região, sob a coordenação de José Itaquí e Maria Angélica Villagrán sendo reconhecido por Hugues de Varine como uma experiência de desenvolvimento sustentável que se apóia no patrimônio comunitário da Quarta Colônia. Dentre os objetivos do projeto destaca-se, sobretudo, o fomentar de uma

“maior compreensão da realidade através da identificação, registro, estudo, valorização, preservação e projeção nos seus aspectos dinâmicos e operativos do patrimônio – natural e histórico – do município e região” (ITAQUI e VILLAGRÁN, 1998, p.11). Na busca por melhor decodificar essa realidade, o professor possui o papel de um agente disparador do conhecimento do educando, com vista a problematizar aspectos da realidade de toda a comunidade, começando na escola, seguindo na casa do educando, nas casas históricas, nos prédios públicos, nas plantações, nas unidades de produção, no imaginário, na natureza, dentre outros. A história é reconstruída a partir dos objetos que fazem parte do cotidiano do educando através de uma leitura ativa, dinâmica, crítica e transdisciplinar.

Ainda no âmbito regional merece destaque o livro de Maria Beatriz Pinheiro Machado, no qual são apontadas orientações e sugestões de atividades de Educação Patrimonial que podem ser realizadas por professores do Ensino Fundamental e Médio. Certamente, um dos aspectos que deve ser enfatizado é a apropriação bem sucedida apontada pela autora quando traz como referência diversos bens do patrimônio material e imaterial da região de Caxias do Sul. Segundo a autora são sugestões de investigação que podem ser realizadas pelos professores do ensino básico, com o objetivo de “emprender um trabalho educativo com o patrimônio cultural a partir de fotografias, objetos, documentos manuscritos ou impressos, história oral, etc.” (2004, 31).

Na capital gaúcha, Porto Alegre, encontra-se uma série de iniciativas institucionais que desenvolvem atividades de ação educativa, as quais se apóiam nos elementos da Educação Patrimonial. Dentre elas, o Museu Julio de Castilhos, uma das instituições mais conhecidas da cidade, desenvolve um programa de Educação Patrimonial voltado aos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Sua ação educativa está estruturada a partir de dois eixos: o trabalho de mediação nas visitas dos alunos, realizada por uma equipe técnica, onde são abordadas questões sobre as exposições do museu, pensando a instituição como espaço de construção do conhecimento. Outro eixo é a formação de professores, para os quais são desenvolvidos cursos e palestras que abordam temas de história e museologia, relacionando-os ao acervo do museu tendo como objetivo preparar os educadores para um melhor aproveitamento em sala de aula, das visitas dos alunos à instituição.

Outro espaço que já desenvolve atividades de ação educativa desde o final dos anos oitenta é o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Este se encontra abrigado em um belo casarão do século XIX, restaurado em 1994, cuja função principal é a organização, guarda e conservação de documentos produzidos pelo poder público municipal, disponíveis à consulta pública, além de contar com um importante programa de ações educativas. O Arquivo Moyses Vellinho foi pioneiro nessas iniciativas de ação pedagógica dirigidas ao público estudantil de diversas faixas etárias, que tem como objetivo sensibilizar e conscientizar para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais que estão sob a guarda do arquivo. As diferentes ações educativas do Arquivo Moyses Vellinho abarcam oficinas sobre patrimônio ambiental, noções de preservação de fontes históricas e de arquivologia. Elas estão inseridas em um Programa que abriga os projetos: Vivo Toque, Papel Antigo e Papel Velho, Sensibilização para a Vida nos Âmbitos Humano, Cultural e Ambiental, Brincando de Editar, Descobrimo a Arquivologia, Brincando no Arquivo, além de visitas guiadas para o público em geral.

Outro desses espaços é o Museu de História da Medicina (MUHM). Instituição criada em 2007, portanto, bastante nova se comparada às outras acima citadas. O MUHM tem exposições itinerantes e permanentes e conta com alguns projetos de Educação Patrimonial e visitas guiadas. Através do acompanhamento de monitores, os alunos das séries do Ensino Fundamental e Médio podem visitar as exposições e interagir com os objetos e espaços do museu. As ações educativas da instituição abarcam em torno de oito atividades, as quais estão interligadas às exposições do museu, trabalhando, em geral, com temáticas relacionadas à memória, manuseio de livros e história.

Além das instituições já mencionadas é interessante referir os trabalhos que vêm sendo realizados pelo Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro e Memorial da Família Remião, fundado em 2006, num bairro da periferia de Porto Alegre. Esse dado é bastante significativo, pois pelo se sabe é o primeiro museu de bairro de periferia no Brasil. Nesse espaço busca-se, a partir da memória individual e coletiva dos moradores, contar a história do bairro Lomba do Pinheiro sob o olhar de seus próprios habitantes. O museu conta com uma série de atividades como formação de professores, exposições itinerantes e temporárias, campanhas de aquisição de acervos e projetos de educação

patrimonial. Esses últimos são destinados a estudantes do ensino básico que são estimulados a conhecer o patrimônio cultural do bairro, abarcando seus aspectos históricos, ecológicos e patrimoniais.

Certamente, as informações e leituras a respeito desses diferentes trabalhos contribuíram para que pudéssemos elaborar e implementar o projeto de ação educativa que será objeto de apresentação e discussão a seguir.

Apropriação e difusão do patrimônio documental do APERS através de oficinas de Educação Patrimonial

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) é uma instituição que tem sua trajetória ligada à pesquisa histórica no âmbito acadêmico e na reconstrução de genealogias. Além disso, esse espaço é bastante procurado, predominantemente, por historiadores para realizar sua pesquisa nos acervos históricos disponíveis à consulta. Sem dúvida, ao longo dos seus cento e quatro anos de existência, o Arquivo Público é referência quando se trata da guarda de documentação gerada pelo Estado desde os seus primórdios, a qual foi organizada nos diversos fundos documentais do poder executivo, legislativo e judiciário, por exemplo.

Como parte integrante dos projetos do APERS existe o “Projeto Cultural Descobrimos o Arquivo Público”, que abarca uma série de atividades, tais como palestras, exposições e visitas guiadas. As visitas, que acontecem desde o fim da década de 1980, têm por objetivo trazer o público em geral para a instituição possibilitando aos visitantes que conheçam o espaço do prédio administrativo, bem como os dois prédios centenários e tombados que abrigam o acervo documental. A Mostra de Pesquisa, que também compõe o projeto, ocorre desde 2003, sendo um evento que consiste em dar oportunidade e abrir espaço para a divulgação da recente produção intelectual das ciências humanas, promovendo a interação entre a comunidade que realiza suas pesquisas no APERS. Isso possibilita incentivar a utilização de fontes primárias documentais em trabalhos de pesquisa, além de divulgar locais onde essas fontes estão disponíveis e seus respectivos acervos arquivísticos.

A partir de 2009 o APERS passou a desenvolver o Projeto de Ações Educativas, mais especificamente a elaboração e execução de duas oficinas de Educação Patrimonial, direcionadas para estudantes das séries finais do Ensino Fundamental.

Foram promovidas através de uma ação de extensão da UFRGS em parceria com aquela instituição, tendo o aporte de recursos financeiros do Edital Proext Cultura 2008 para uma das oficinas.

Na atualidade, a realização de uma ação de extensão universitária no Arquivo Público é indicativa da importância que tal instituição tem para a formação profissional de historiadores das universidades e faculdades de Ensino Superior do estado. Esse diferencial é estabelecido, sobretudo, a partir da última década em razão das mudanças dos currículos dos cursos de Licenciatura em História dessas instituições. Uma das prerrogativas sinalizadas é a formação de historiadores que sejam, ao mesmo tempo, professores e pesquisadores de História. Nos últimos anos, o Arquivo Público tornou-se um dos espaços onde os alunos em fase de conclusão de curso, estágio curricular obrigatório, passaram a desenvolver suas habilidades não só no campo da pesquisa, mas também na área de ensino. Essa etapa da formação também pode ser experienciada através de atividades de ação educativa, as quais utilizam como recurso pedagógico a ferramenta da metodologia de Educação Patrimonial.

Ensinando História fora da sala de aula: o lúdico e o patrimônio através das oficinas

São realizadas duas atividades de ação educativa voltadas para estudantes das séries finais do Ensino Fundamental da rede de ensino de Porto Alegre. A seguir serão detalhadas as etapas das atividades realizadas nas duas oficinas.

A primeira, denomina-se oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”. Ela foi implementada a partir do contato com os acervos documentais que estão resguardados no APERS, tendo como foco central documentos referentes à escravidão no Rio Grande do Sul, no decorrer do século XIX. A metodologia utilizada é a da Educação Patrimonial, compreendida como um campo de ação ou um processo ativo de conhecimento, investigação e descoberta que pode ser utilizado como método lúdico-pedagógico na exploração de documentos impressos, objetos isolados, sítios históricos, parques, comemorações, paisagens naturais, festas, formas de cultivo, enfim, de qualquer bem do patrimônio cultural que se queira analisar.(HORTA, op. cit. p.14)

Essa metodologia está focada em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. A primeira tem por objetivo a identificação geral do bem cultural que está sendo analisado; a segunda, consiste na descrição verbal ou escrita da observação feita, que pode se valer também de imagens, gráficos, mapas, permitindo detalhar o bem analisado. A exploração é a etapa na qual o bem cultural é contextualizado, envolvendo o levantamento de hipóteses, a discussão e a pesquisa de campo e bibliográfica. A última etapa, a apropriação, envolve a aplicação do conhecimento, sua elaboração e síntese. Nesta, é possibilitado ao estudante realizar a interpretação do bem, utilizando-se de múltiplos meios de expressão.

Aplicando a referida metodologia, adaptada às faixas etárias do público alvo (estudantes de quinta e sexta séries do Ensino Fundamental) a oficina está dividida em cinco momentos. Primeiramente, os estudantes são recepcionados pelos oficineiros, participam de uma apresentação sobre o APERS que aborda noções introdutórias de educação para o patrimônio, a seguir são divididos em grupos, dando início à visitação ao pátio interno e a um dos prédios que abriga a documentação.

A seguir tem início outra etapa da oficina que consiste na identificação dos alunos através do preenchimento de uma ficha de cadastro e da montagem de um boneco individual. Nessa etapa, os estudantes registram-se na instituição produzindo, assim, um “documento” que assinalam alguns dados pessoais, transferindo-os para um boneco. Na sequência eles assistem um teatro de bonecos, intitulado “A Família Arquivo conta sua história”, que faz uma narrativa de uma conversa entre o casal de avós, “Seu Documétrio” e “Dona Memoriana”, e seus netos, “Duda” e “Beto”. A conversa aborda questões relativas à Educação Patrimonial e também sobre a temática da escravidão. Passa-se, então, à atividade de “caça ao tesouro” onde cada grupo realiza uma busca por documentos a partir de pistas encontradas em caixas escondidas dentro do acervo. O principal objetivo é localizar e recompor aspectos da trajetória de diversos escravos, sendo que cada grupo de alunos fica responsável por reconstituir a história de um escravo.

A última etapa consiste na análise dos documentos encontrados pelos grupos e a partir da obtenção desses dados elaboram a montagem de outro boneco que contém aspectos das características particulares de cada escravo. Essas descobertas são

socializadas no grande grupo, que reunido busca explorar esses resultados, assim como questões referentes à preservação, patrimônio, memória, identidade e cidadania.

A partir de outubro de 2009 a equipe do projeto começou a elaborar uma nova oficina, destinada para sétima e oitava séries do Ensino Fundamental. A iniciativa de pensar outra atividade de ação educativa surgiu da percepção de que a oficina “Tesouros da Família Arquivo” era mais aprazível a estudantes de quinta e sexta séries. Um dos fatores que contribuiu para que fosse pensada essa outra oficina, foi a curiosidade manifestada pelos estudantes em manipular mais detidamente a documentação existente no acervo. É possível dizer que dessa demanda e da importância de atender estudantes de outras séries, foi elaborada então a Oficina “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia”.

A metodologia empregada para a elaboração e montagem dessa nova atividade e também a da Educação Patrimonial. Os alunos passariam pelas etapas de observação orientada, registro, exploração e apropriação, porém com temáticas diversas daquelas analisadas na outra oficina. O objetivo é focar questões referentes a fontes, à historiografia e ao ofício do historiador. Trabalha-se com documentos que apresentam temáticas diversificadas a partir da documentação dos acervos do poder legislativo e do poder judiciário, centrando o trabalho no conhecimento do acervo preservado na instituição, na análise das fontes e na produção de conhecimento sobre a história do Rio Grande do Sul.

Esta nova oficina também está dividida em etapas. A primeira é a mesma da oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”. A partir da segunda etapa, no decorrer da visita a um dos prédios que abriga a documentação, ocorre a intervenção de um personagem denominado Prof^o. Marius Temporáclito, que identifica-se como um velho pesquisador do APERS. Ele desenvolve uma conversa com os estudantes, abordando aspectos do ofício do historiador e ao final “batiza-os” com amuletos que identificam os grupos através de figuras geométricas. A partir de localizações fornecidas pelo Prof^o. Temporáclito os grupos seguem, acompanhados pelos oficineiros, até encontrarem as caixas de documentos que serão trabalhadas no desenrolar das atividades. De posse das caixas cada grupo trabalha com um tipo de documento: um processo crime, uma certidão de nascimento, um inventário, um processo de medição de terras e uma habilitação para o casamento civil.

Durante o trabalho de análise da fonte, através das perguntas levantadas pelo oficinairo e das discussões produzidas pelo grupo, os estudantes passam a elaborar os conhecimentos e reflexões feitas para apresentar ao grande grupo. Após as apresentações dos grupos, dá-se a etapa de fechamento, em que são discutidas no grande grupo e em linguagem acessível aos educandos, juntamente com os oficinairos, questões gerais que perpassam a oficina, como patrimônio, historiografia, produção historiográfica, ofício do historiador, memória, preservação, identidade e cidadania.

No decorrer desse um ano e meio da realização dessas atividades no Arquivo Público, pode-se ressaltar alguns resultados. Um deles é a quantidade de oficinas realizadas até o momento. O projeto executou mais de sessenta oficinas para estudantes de quinta a oitava série, envolvendo aproximadamente mil e quinhentos alunos além de realizar oficinas de vivência para alunos do Ensino Superior. Outro resultado bastante significativo é a receptividade do projeto a partir da avaliação de professores e alunos. Em cada oficina realizada são fornecidas atividades para serem executadas em sala de aula pelo professor, bem como é entregue um questionário de avaliação da atividade ao professor. A título de exemplo e apoiados em algumas respostas contidas nos instrumentos de avaliação podemos perceber que os professores têm recebido de modo bastante positivo as propostas de atividades realizadas pelo projeto. O trabalho com a documentação e a importância de preservar esse tipo de patrimônio para que possamos escrever a história, são apontados de forma positiva. Destacam também a oportunidade dada aos estudantes de conhecerem um ambiente diferente da sala de aula, que possibilita aos alunos vivenciarem a prática da pesquisa histórica, através de uma linguagem acessível para sua faixa etária, fazendo com que eles se sintam sujeitos da história.

Da mesma forma é importante mencionar algumas respostas elaboradas pelos alunos nas atividades realizadas, após a oficina, em sala de aula. Dentre as respostas foram referidas questões sobre a importância da conservação e manuseio dos documentos, e como essas ações preservacionistas são fundamentais para escrever e preservar a nossa história para gerações futuras. Alguns alunos sugeriram montar lugares para guardar a memória do bairro ou da escola. Considera-se que vale a pena destacar o que um aluno do Instituto de Educação General Flores da Cunha, escola

localizada em Porto Alegre, respondeu ao ser perguntado que tipo de ação pode ser feita para preservar a história e a memória de seu bairro e/ou sua escola:

“Contando de pessoa em pessoa não vai se perder. A mãe contar pro filho ‘Antigamente...’ O filho contando pro [sic] seu filho ‘Quando a minha mãe tinha a sua idade...’. Colocar informações em lugares que outras pessoas tenham acesso e entendam como nós vivemos hoje.”¹

Por fim, buscou-se com este trabalho refletir acerca das possibilidades da realização da prática do ensino de História em espaços para além da sala de aula. Nessa perspectiva, cabe salientar a importância que os arquivos têm na realização e concretização de ações educativas voltadas para a preservação dos patrimônios que estão sob a guarda dessas instituições. Da mesma forma, ressaltamos que o historiador tem um papel fundamental nesse processo, na medida em que sua atuação nessas instituições já não se restringe apenas à pesquisa acadêmica, mas também a atividades didático-pedagógicas. A partir dessa experiência no APERS fica bastante evidenciada a importância da interlocução entre a universidade, o arquivo, a escola e os estudantes, no sentido de estimular o uso dessa ferramenta pelos novos profissionais e ao mesmo tempo impulsionar a criação de políticas de preservação e difusão do patrimônio cultural resguardado nas instituições arquivísticas.

Referências Bibliográficas

Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n.27, jan./jun. 2000.

FERNANDES, José Ricardo Oria. *Educação patrimonial: uma proposta alternativa para o ensino de história*. In: *Revista Brasileira de História* 25/26. Memória, história, Historiografia – Dossiê ensino de história. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, 1993.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

¹ Resposta elaborada após a realização de uma oficina realizada no APERS em 08 de junho de 2010.

ITAQUI, José & VILLAGRÁN, Maria Angélica. *Educação patrimonial: a experiência da quarta colônia*. Santa Maria: Palloti, 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial - orientações para professores do Ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2004

MOREAS, Allana Pessanha de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em:
http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf

Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: www.portoalegre.rs.gov.br acesso em 30/06/2010

Site do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro: <http://www.ipdae.org/> acesso em 30/06/2010

Site do Museu de História da Medicina: www.muhm.org.br acesso em 30/06/2010

Site do Museu Julio de Castilhos: www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br acesso em 30/06/2010

SOARES, Fernanda Codevilla. Experiências Educativas. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação Patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM. Laboratório de estudos e pesquisas Arqueológicas, 2005.

SOARES, Luis Ramos & KLAMT, Sergio Célio.(Orgs.). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.